

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2022-10-27

Deposited version:

Publisher Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Costa, A. F. (2020). Desigualdades sociais e pandemia. In Renato Miguel do Carmo, Inês Tavares e Ana Filipa Cândido (Ed.), *Um olhar sociológico sobre a crise covid-19 em livro*. (pp. 4-16). Lisboa: Observatório das Desigualdades.

Further information on publisher's website:

<http://observatorio-das-desigualdades.com>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Costa, A. F. (2020). Desigualdades sociais e pandemia. In Renato Miguel do Carmo, Inês Tavares e Ana Filipa Cândido (Ed.), *Um olhar sociológico sobre a crise covid-19 em livro*. (pp. 4-16). Lisboa: Observatório das Desigualdades.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

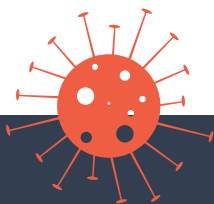
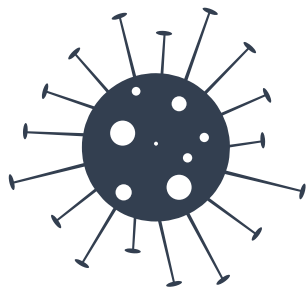
Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

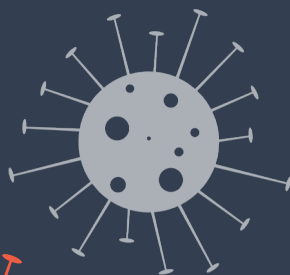
UM OLHAR SOCIOLOGICO SOBRE A CRISE COVID-19 EM LIVRO



ORGANIZADORES

RENATO MIGUEL DO CARMO
INÉS TAVARES
ANA FILIPA CÂNDIDO

ALDA BOTELHO AZEVEDO
ANA DRAGO
ANA RAQUEL MATIAS
ANTÓNIO FIRMINO DA COSTA
FERNANDO DIOGO
FRÉDERICO CANTANTE
JOÃO TEIXEIRA LOPES
JOSÉ SOARES NEVES
LUÍSA SCHMIDT
MADALENA DUARTE
MARIA DO MAR PEREIRA
SOFIA ABOIM
SUSANA DA CRUZ MARTINS
TIAGO CORREIA



© Renato Miguel do Carmo, Inês Tavares e Ana Filipa Cândido (organizadores), 2020

Renato Miguel do Carmo, Inês Tavares e Ana Filipa Cândido (organizadores)

Um Olhar Sociológico sobre a Crise Covid-19 em Livro

Primeira edição: novembro de 2020

ISBN: 978-972-8048-58-7

DOI: 10.15847/CIESOD2020covid19

Capa: Ana Filipa Cândido

Edição gráfica de texto e composição: Inês Tavares

Revisão de texto: Inês Tavares e Renato Miguel do Carmo

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Observatório das Desigualdades

Observatório das Desigualdades, CIES-Iscte, Av. das Forças Armadas, 1649-026

Lisboa

E-mail: info@observatorio-das-desigualdades.com

Site: <http://observatorio-das-desigualdades.com>

Como citar: Carmo, Renato Miguel do; Inês Tavares; e Ana Filipa Cândido (orgs.) (2020), *Um Olhar Sociológico sobre a Crise Covid-19 em Livro*, Lisboa, Observatório das Desigualdades, CIES-Iscte. Consultar aqui: <https://www.observatorio-das-desigualdades.com/2020/11/29/umolharsociologicosobreacovid19emlivro/>

Índice

INTRODUÇÃO	1
Ana Filipa Cândido, Inês Tavares e Renato Miguel do Carmo	
DESIGUALDADES SOCIAIS E PANDEMIA	4
António Firmino da Costa	
A SAÚDE E A COVID-19 EM PORTUGAL: UMA REFLEXÃO A MEIO CAMINHO ANDADO	17
Tiago Correia	
A EDUCAÇÃO E A COVID-19: DESIGUALDADES, EXPERIÊNCIAS E IMPACTOS DE UMA PANDEMIA NÃO ANUNCIADA	37
Susana da Cruz Martins	
O IMPACTO DA CRISE DA COVID-19 NAS DESIGUALDADES SOCIOLINGUÍSTICAS E ÉTNICO-RACIAIS	56
Ana Raquel Matias	
ELOGIO DA CO-PRESENÇA NO ENSINO SUPERIOR: BREVES NOTAS	78
João Teixeira Lopes	
O SECTOR ARTÍSTICO E CULTURAL, IMPACTOS E DESAFIOS DA CRISE PROVOCADA PELA COVID-19	83
José Soares Neves	
HABITAÇÃO, PANDEMIA, CRISE	98
Ana Drago	
PANDEMIA E AMBIENTE: IMPACTOS E CONSEQUÊNCIAS	115
Luísa Schmidt	
COVID-19 E DESIGUALDADES DE GÉNERO: UMA PERSPETIVA INTERSECCIONAL SOBRE OS EFEITOS DA PANDEMIA	130
Sofia Aboim	

O IMPACTO DA COVID-19 NA VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES DE INTIMIDADE: PISTAS PARA REFLEXÃO Madalena Duarte	148
ENVELHECIMENTO NAS COMUNIDADES NO PÓS-COVID-19 Alda Botelho Azevedo	158
A DESIGUALDADE ECONÓMICA E A CRISE EXISTENCIAL DO PAÍS Frederico Cantante	170
A POBREZA E A PANDEMIA EM PORTUGAL, UM ENSAIO Fernando Diogo	181
A PANDEMIA NA ACADEMIA: FAZER, E TRANSFORMAR, O TRABALHO CIENTÍFICO EM TEMPOS DE COVID-19 Maria do Mar Pereira	199
HABITAR O TEMPO: UMA POLÍTICA DE RECONSTRUÇÃO DO SIMBÓLICO Renato Miguel do Carmo	233
BALANÇO E PERSPETIVAS DE FUTURO: O IMPACTO DA COVID-19 E A (RE)PRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS Inês Tavares e Ana Filipa Cândido	244

CAPÍTULO 1

DESIGUALDADES SOCIAIS E PANDEMIA

António Firmino da Costa

Sociólogo, CIES-Iscte, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Quando no início do ano de 2020 a pandemia Covid-19 se disseminou no planeta, encontrou a sociedade humana mundial com um panorama de desigualdades sociais muito acentuadas. São desigualdades sociais múltiplas: económicas, educativas, de género, étnico-raciais; desigualdades no trabalho, nas liberdades, nos direitos, de cidadania, e outras. Além de múltiplas, essas desigualdades interligam-se entre si, de formas complexas, por vezes paradoxais, e produzem várias injustiças sociais e diversos tipos de discriminações (Costa, 2012). No conjunto, não são congruentes com padrões de civilização aceitáveis nos tempos atuais.

Conhecemos já bastante acerca dessas desigualdades sociais contemporâneas: a) desigualdades dentro dos países; b) desigualdades entre os países; c) desigualdades globais (Milanovic, 2016). Porém, só a partir da crise financeira de 2008, e das políticas de austeridade que lhe seguiram, com o enorme agravamento de problemas económicos, sociais e políticos daí decorrentes – só a partir daí começou a criar-se na esfera pública mundial uma percepção alargada de que, afinal, as desigualdades sociais no mundo atual são muito elevadas e que, em algumas dimensões decisivas, têm estado a agravar-se, de forma rápida e intensa.

É o caso das desigualdades de rendimentos, e, ainda mais, o caso das desigualdades de riqueza. Há cerca de quatro décadas que estas desigualdades de rendimentos e de riqueza têm vindo a acentuar-se na generalidade dos países, afunilando de forma desproporcionada os rendimentos e a riqueza num topo exíguo de hiper-ricos e hiper-poderosos (Piketty, 2014).

Além das desigualdades de rendimentos e riqueza, estão igualmente a aumentar outras desigualdades no mundo atual. No entanto, também é verdade que outras desigualdades têm vindo a diminuir.

Por exemplo, o forte crescimento económico da China ao longo das últimas décadas conduziu a uma certa redução das desigualdades de rendimento médio da população entre a China e os países ocidentais (desigualdade entre países). Esta desigualdade entre países contribuiu, pois, para alguma redução das desigualdades no mundo como um todo (desigualdades globais). Porém, ao mesmo tempo, as desigualdades internas de rendimento da população da China passaram a aumentar significativamente (desigualdades dentro do país). Neste aspeto, de sentido contrário ao do anterior, as desigualdades internas deste país têm contribuído para o aumento das desigualdades de rendimentos do conjunto da população mundial (desigualdades globais).

Outro exemplo: as desigualdades educativas a nível global evidenciam também tendências ambivalentes. Por um lado, o alargamento dos sistemas educativos em grande parte do mundo tem reduzido as desigualdades de educação – as quais, ainda há meio século, estabeleciam um fosso enorme entre uma fração ínfima da sociedade com escolaridade de nível médio ou superior e a grande maioria da população que tinha apenas escolaridade elementar ou mesmo nenhuma. No último meio século, a situação alterou-se bastante a este respeito, como é sabido, reduzindo-se significativamente as desigualdades educativas. A entrada forte da população feminina na escola e os resultados educativos obtidos por ela é componente decisiva desta diminuição das desigualdades de educação.

Por outro lado, no entanto, desta nova situação surgiram também novas dinâmicas educativas inigualitárias. Um caso ilustrativo são as *novas exclusões sociais educativas* – daqueles que, por razões variadas, “vão ficando para trás”, de fora dos novos padrões de escolaridade geral (Ávila, 2008). Outro caso ilustrativo é a *nova clivagem meritocrática*, que se vai estabelecendo entre os segmentos sociais com graus educativos superiores e os outros segmentos sociais, com

vantagens e oportunidades muito desiguais, muito contrastantes – nas atividades profissionais, nas garantias de emprego, na capacidade de acompanhar as transformações tecnológicas, nos padrões culturais, nas redes de interconhecimento, na valorização do *status*, no reconhecimento social (Todd, 2017; Piketty, 2019).

Por exemplo, nos EUA, esta nova clivagem meritocrática soma-se com outra clivagem, entre os 1% com concentração hiper-acentuada de riqueza e poder face à aos outros 99% da população em geral. A confluência dessas duas desigualdades tornou-se explosiva nos EUA: no plano político, no plano sociocultural, no plano ambiental, no plano das relações internacionais, no plano da saúde pública (Case e Deaton, 2020) – e, agora, na situação dramática ali atingida na nova pandemia.

Quando a atual pandemia começou, a situação das desigualdades sociais no mundo caracterizava-se dessa maneira, retratada aqui em traços breves. Perante este panorama de desigualdades pré-existente, que impactos trouxe a pandemia Covid-19 nas desigualdades sociais contemporâneas?

Para já, no imediato, as evidências apontam, infelizmente, para o agravamento das desigualdades sociais no mundo e, na maior parte dos casos, em cada país. Primeira constatação: os mais desfavorecidos e vulneráveis estão a ficar ainda mais desfavorecidos e mais vulneráveis. Não se encontram praticamente exemplos de sentido contrário.

Na América Latina, na Ásia e em África – com grande parte das populações de rendimentos muito baixos, níveis reduzidos de escolaridade, atividade profissional informal ou com pouco enquadramento legal, condições de habitação precárias, sistemas de proteção social muito limitados e sistemas de saúde também muito limitados – aí, as situações de desigualdade têm vindo a agravar-se em muitas paragens, e, em muitas outras, estão em risco iminente.

As notícias mediáticas têm vindo a mostrar casos de grande vulnerabilidade e por vezes de grande dramatismo – por exemplo na Índia ou no Brasil. Porém, em muitas outras situações do mundo mais

desfavorecido, nem sequer há praticamente notícias sobre elas. Pouco se fala do que lá se passa.

Nos países de maior desenvolvimento humano, em que Portugal se inclui, os impactos da pandemia Covid-19 no agravamento das desigualdades sociais têm estado também a verificar-se de maneira muito evidente e muito preocupante. Em diversas categorias sociais verificam-se situações de desigualdade acrescida e outras são atingidas por novas situações de desigualdade.

Desde logo, a categoria social dos *trabalhadores de baixas remunerações e baixas qualificações*. Muitos deles, com situações contratuais precárias ou mesmo na economia informal, eram à partida os mais mal situados na escala das desigualdades sociais, e estão agora a ser dos mais atingidos, quer pelos impactos diretos da crise pandémica, em termos de propagação da infeção, quer por impactos económicos que decorreram das respostas imediatas de contenção à pandemia, respostas indispensáveis do ponto de vista da saúde pública, mas com consequências económicas muito negativas, e que provavelmente se irão prolongar bastante.

São trabalhadores manuais e de serviços – operários industriais, trabalhadores dos transportes, da construção civil, da manutenção urbana, dos serviços pessoais – em geral com baixas remunerações, muitas vezes com situações de emprego precárias. Parte deles, com frequência os mais vulneráveis, são imigrantes, de grupos étnicos minoritários e pessoas alvo de estigmatização racista.

Na crise pandémica, e perante as suas consequências económicas e sociais, eles têm vindo a ser atingidos pelo agravamento das desigualdades. Aliás, de forma paradoxal: muitos deles são afetados fortemente por desemprego, subemprego, trabalho temporário, precariedade, risco de pobreza; e muitos deles prosseguem atividades que asseguram o funcionamento de estruturas, abastecimentos e cuidados de base – sem recurso ao teletrabalho, por razões inerentes a essas atividades. Tem sido usada, a respeito deles, a categoria de “trabalhadores essenciais”, e eles têm sido dos mais expostos à infeção

e à doença, tendo ao mesmo tempo baixas remunerações e baixas garantias contratuais no emprego.

Outra categoria social, os *jovens adultos*. São também eles dos mais afetados pelos impactos da pandemia, em termos de agravamento das desigualdades sociais. Antes da pandemia já era assim, mas agora as circunstâncias deles agravaram-se: dificuldades agravadas quanto ao emprego, quanto aos rendimentos, quanto ao prosseguimento de estudos superiores, quanto à autonomia pessoal. Em todo o mundo, são os jovens adultos que mais são alvo de desemprego, subemprego e precariedade laboral. Alguns ficaram sem rendimentos, muitas vezes colocados em situação muito difícil, ainda mais quando têm crianças nos seus agregados familiares.

Outra categoria social, os *trabalhadores independentes*. Foram também dos mais afetados pelo agravamento das desigualdades. Com o confinamento de pessoas e atividades, muitos ficaram sem atividade profissional e sem rendimentos de qualquer origem. Parte deles ficou colocada em situação de “pobreza instantânea”.

Outra categoria social, os *idosos*. Têm sido também dos mais diretamente atingidos pela doença, pela sua maior vulnerabilidade à doença e pela sua maior vulnerabilidade às suas consequências mais graves. Porém, não só pelos riscos de saúde acrescidos, mas também pelas condições de existência social de muitos deles, quer devido a situações económicas de baixos rendimentos, quer devido a situações de laço social fragilizado, envolvendo dependência e/ou isolamento.

Outra categoria social, as *crianças e jovens em idade escolar*. Têm tido dificuldades em prosseguir quer as aprendizagens escolares, quer a socialização interpares, ambas fundamentais nos percursos sociais de crescimento. Estão em desigualdade educativa face às gerações anteriores e o afastamento físico e relacional das escolas alarga ainda mais as desigualdades entre eles – consoante os recursos educativos e económicos desiguais das respetivas famílias. As desigualdades de oportunidades futuras entre eles cavaram-se ainda mais.

E ainda outra categoria social, as *mulheres*, em especial as que trabalham em atividades de baixas qualificações e baixos rendimentos –

também particularmente afetadas pela crise pandémica, em termos de agravamento de desigualdades sociais: quer pela suspensão ou encerramento de atividades económicas em que estão em maioria, por exemplo na hotelaria, restauração e serviços pessoais; quer pelo prosseguimento de atividades profissionais de esforço e risco agravado, sem recurso a teletrabalho, nomeadamente em serviços de saúde, lares de idosos, apoios domésticos, entre outros; e, ainda, pelo trabalho familiar ainda mais sobrecarregado nas situações de confinamento.

Para além deste balanço rápido de situações de desigualdade agravadas, pela pandemia e pelas suas consequências imediatas, podem já colocar-se questões de fundo para o futuro próximo. Há vários tópicos relevantes a este respeito, evidentemente. Mas gostaria de assinalar aqui apenas três, com implicações para a redução das desigualdades sociais no mundo atual – e também em Portugal. São três questões que nos interpelam para o futuro próximo: as desigualdades e o Estado social; as desigualdades e a transformação digital; as desigualdades e a ciência.

Desigualdades e Estado social

É sabido que os sistemas públicos de saúde, de educação e de proteção social têm sido fundamentais na contenção de desigualdades sociais ainda maiores. Apesar disso, nas últimas décadas, têm sido objeto de políticas de restrição ou mesmo tentativas de quase aniquilação.

No entanto, como seria o impacto social da pandemia em Portugal se não houvesse um Serviço Nacional de Saúde, de carácter basicamente universal, em que todas as pessoas afetadas pudessem ser tratadas da infeção, independentemente dos seus recursos económicos e da sua condição social? Como seria se não houvesse um sistema público de proteção social, se não houvesse pensões de reforma e de velhice, subsídios de desemprego e doença, e vários outros instrumentos de proteção social? Como seria se não houvesse sistema

público de educação, com as soluções – parciais e provisórias – encontradas no imediato da pandemia, e, sobretudo, com a manutenção, após desconfinamento, do enquadramento da grande maioria da população escolar no ensino público básico, secundário e superior?

Todos estes sistemas públicos do Estado social têm muitas lacunas e deficiências. Em certos períodos das décadas anteriores foram alvo de restrições e amputações. A própria ideia de Estado social, e dos seus sistemas públicos universais ou quase universais, foi alvo de tentativas de descredibilização.

Porém, esta gravíssima crise de saúde pública, e a crise económica e social a ela associada, demonstraram à evidência que a instituição do Estado social é indispensável para uma existência civilizada em sociedade no mundo atual. E, em particular, é fundamental para a contenção das desigualdades sociais em agravamento, e, desejavelmente, para as reduzir.

Em todo o caso, para que o Estado social desempenhe as suas funções e contribua decisivamente para a redução das desigualdades sociais, há duas prioridades que se tornaram salientes com a crise atual: o reforço dos sistemas públicos do Estado social e a acentuação do seu carácter universal.

Desigualdades e transformação digital

Com a crise de saúde pública da pandemia, o processo de transformação digital da sociedade teve um impulso enorme. Boa parte das soluções imediatas encontradas perante a crise pandémica tem envolvido instrumentos digitais.

Nas universidades, de maneira praticamente instantânea, o ensino tornou-se – provisoriamente – ensino à distância, com apoio em plataformas digitais. Vastos sectores económicos e administrativos foram rapidamente reorganizados com recurso maciço ao teletrabalho. O comércio eletrónico aumentou significativamente. Nas relações de família, amizade e sociabilidade, as comunicações eletrónicas

multiplicaram-se e intensificaram-se. Tem surgido uma variedade de iniciativas comunicacionais, criativas, lúdicas e de experimentação nos estilos de vida. Na saúde, cresce rapidamente a utilização de novas tecnologias digitais por médicos e outros profissionais da saúde – e, com a pandemia Covid-19, surgiram as aplicações controversas de monitorização da infeção e da doença. Estão também a surgir, cada vez mais, instrumentos de base digital para a monitorização da mobilidade das pessoas e na monitorização de vários dos seus atos quotidianos.

E é aqui, justamente, que as questões se complicam, nomeadamente quanto às desigualdades sociais. Com efeito, tornam-se cada vez mais evidentes as ambivalências da transformação digital. Estes dispositivos digitais, e a sua utilização generalizada, trazem sem dúvida enormes potencialidades, para diversos domínios. Mas trazem também enormes ameaças para os modos de existência humana em sociedade, nomeadamente de novos agravamentos e novos tipos de desigualdades sociais (Harari, 2018). Não se trata apenas de um vago horizonte futuro. É algo que está já bem presente e que agora a resposta à pandemia recolocou num novo patamar.

Veja-se, por exemplo, a nova *concentração de dados*. A par da reconhecida *concentração de riqueza* no mundo, extremamente desigual, constituiu-se agora uma nova *concentração de dados*, em meia dúzia de mega-empresas digitais e em alguns estados hiper-poderosos.

É uma assimetria gritante, com múltiplas implicações inigualitárias muito preocupantes. Já gerou algumas respostas institucionais, a mais conhecida das quais é a recente Regulamentação Geral de Proteção de Dados, da União Europeia, que tem méritos, mas que é também muito limitada face à magnitude do problema. Uma das suas maiores lacunas é, precisamente, a de não contemplar respostas a algumas das desigualdades sociais mais preocupantes implicadas na nova concentração de dados.

Outro exemplo é a *impregnação dos algoritmos por preconceitos e critérios discriminatórios* – nuns casos por inadvertência, noutras casos intencionalmente. Os critérios discriminatórios pré-existent em

sociedade, quando inscritos em algoritmos, tornam-se automatizados e multiplicados, reproduzindo e acentuando as desigualdades sociais. Além disso, na concepção de alguns algoritmos podem ser introduzidos novos critérios discriminatórios, desenhados especificamente para conduzir a determinadas configurações socialmente inigualitárias.

É certo que também seria possível construir algoritmos desenhados especificamente com orientação contrária, isto é, no sentido de garantir direitos de cidadania, evitar enviesamentos discriminatórios e conduzir a efeitos sociais de maior equidade. Há alguns exemplos interessantes neste sentido (Colclough, 2020). Porém, pelo menos para já, esta última possibilidade está largamente por se concretizar.

Outro exemplo são os *sistemas de crédito social*, implementados na China – em que as pessoas são monitorizadas nas suas atividades diárias por meios digitais: onde se localizam, quando se deslocam, quem contactam, quando e onde fazem compras, que atividades fazem ou não fazem, sendo-lhes atribuídos “pontos” positivos e “pontos” negativos e, em consequência, sendo-lhe ajustado em permanência o *ranking* da sua reputação pessoal, perante as autoridades e perante outras pessoas – e em consequência, também, o seu acesso, ou não, a recursos, empregos, casas, escolas, viagens, e tudo o mais (Kostka, 2019).

Em suma, uma *estratificação social gerida por meios digitais*, dirigida por hierarquias político-administrativas, com efeitos socialmente inigualitários generalizados.

Estes exemplos (a concentração de dados digitais, a impregnação dos algoritmos por critérios discriminatórios, os sistemas de crédito social), ilustram o que tem sido designado como a *sociedade de vigilância* (Zuboff, 2019): uma possível consequência distópica da transformação digital, conducente a desigualdades sociais cada vez mais acentuadas e cada vez mais presentes, de forma intersticial, em toda a organização social e em toda a existência humana em sociedade.

Acontece que – como sempre aconteceu, noutras transformações tecnológicas – as chamadas *novas tecnologias disruptivas* podem ser

desenhadas e aplicadas de várias maneiras e com consequências sociais alternativas.

Tudo está a acontecer rapidamente e a crise pandémica é também um momento de encruzilhadas. As tecnologias digitais – nomeadamente as envolvidas nas respostas à crise sanitária, económica e social – estão a ser tecnicamente desenhadas e socialmente utilizadas com agravamento das desigualdades e com surgimento de novas desigualdades? Ou poderão ser tecnicamente desenhadas e socialmente utilizadas para a redução das desigualdades sociais, incorporando nos seus protocolos e aplicações um conjunto de critérios de respeito pelas liberdades democráticas, pelos direitos humanos e pelo sentido de justiça social?

Desigualdades e ciência

As possibilidades de enfrentar no imediato a pandemia Covid-19 e as expectativas de obtenção de soluções para a doença no médio prazo têm sido, em grande parte, depositadas pela opinião pública na ciência e nos cientistas, desde logo nos médicos, epidemiologistas, biólogos e outros especialistas da saúde.

Mais ainda. Em poucos meses, cientistas, universidades, centros de investigação, laboratórios, ensaios clínicos, projetos de pesquisa, conhecimentos científicos, necessidades de mais conhecimento científico, controvérsias científicas – tudo isto passou a fazer parte da conversação pública. Em certa medida, nas atuais circunstâncias, a cultura científica dos cidadãos parece ter dado um passo mais avançado (Entradas, 2020).

É certo que a esfera pública é atravessada também por *fake-news*, teorias obscurantistas, opiniões anti-científicas e mensagens de desinformação, veiculadas por “bolhas” nas redes sociais e por aparelhos de propaganda comandados por políticos autoritários como Trump ou Bolsonaro, Putin ou Xi Jinping. Nessa constelação cultural perversa, o desrespeito pelos factos e o desrespeito pelos direitos aparecem em conjunto. À luz do dia ou em contrabando, germinam

nessa constelação cultural, em afinidade eletiva, o desrespeito pelo conhecimento científico e o desrespeito pelas liberdades democráticas.

No entanto, os inquéritos feitos em vários países do mundo, já em plena crise de saúde pública, mostram que a maioria das pessoas está a atribuir nova credibilidade e confiança à ciência e aos cientistas. Num contexto em que as políticas públicas e as ações quotidianas dos cidadãos sejam mais informadas pelo conhecimento científico, serão também maiores as possibilidades das desigualdades sociais serem conhecidas melhor e enfrentadas de maneira mais esclarecida.

Neste sentido, os contributos das ciências sociais ganham relevância específica na situação atual – quer em si mesmas, quer em colaboração interdisciplinar com outras ciências, nomeadamente com as ciências da vida e da saúde e com as ciências e tecnologias digitais.

Perante o cortejo de entorses à justiça social e ameaças à existência humana democraticamente organizada que a intensificação das desigualdades está a gerar, mais ainda numa situação extraordinária de crises encadeadas – pandémica, económica e social –, os contributos das ciências sociais tornam-se indispensáveis, quer para o melhor conhecimento das novas circunstâncias inegalitárias, quer para uma ação mais informada na contenção e desagravamento das desigualdades sociais nas novas circunstâncias.

Referências bibliográficas

Ávila, Patrícia (2008), A Literacia dos Adultos, Lisboa, Celta.

Case, Anne; e Angus Deaton (2020), Deaths of Despair and the Future of Capitalism, Princeton, Princeton University Press.

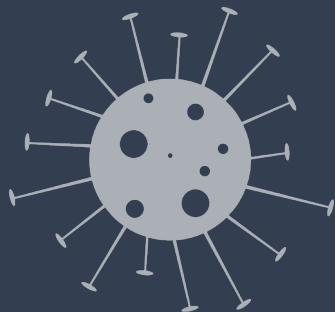
Colclough, Christina (2020), “Workers’ rights: negotiating and co-governing digital systems at work”, Social Europe.

Costa, António Firmino (2012), Desigualdades Sociais Contemporâneas, Lisboa, Mundos Sociais.

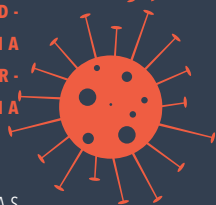
- Entradas, Marta (2020), Preocupados mas Confiantes, na Ciência e nas Decisões Políticas (Estudo de opinião pública sobre a comunicação da Covid-19. Resultados preliminares), Lisboa, CIES-Iscte.
- Harari, Yuval Noah (2018), 21 Lições para o Século XXI, Amadora, Elsinore.
- Kostka, Genia (2019), "China's social credit systems and public opinion", New Media & Society, 21(7), pp. 1565-1593.
- Milanovic, Branko (2016), Global Inequality, Cambridge (Mass.), The Belknap Press of Harvard University Press.
- Piketty, Thomas (2019), Capital and Ideology, Cambridge (Mass.), The Belknap Press of Harvard University Press.
- Piketty, Thomas (2014), Capital in the Twenty-First Century, Cambridge (Mass.), The Belknap Press of Harvard University Press.
- Todd, Emmanuel (2017), Où en sommes-nous?, Paris, Seuil.
- Zuboff, Shoshana (2019), The Age of Surveillance Capitalism, London, Profile Books.

Entrevista realizada a António Firmino da Costa no âmbito da rubrica “Um olhar sociológico sobre a crise Covid-19”, publicada a 8 de junho de 2020.





NESTE MOMENTO AS SOCIEDADES ATRAVESSAM UMA CRISE PROFUNDA E SINGULAR PROVOCADA PELA PANDEMIA COVID-19. O QUE ESTAMOS A VIVER REPRESENTA UMA ANORMALIDADE QUE NÃO PODE (NÃO DEVE) TRANSFORMAR-SE NO NOVO NORMAL. SE ISSO ACONTECER É A PRÓPRIA NOÇÃO DE SOCIEDADE QUE PODE ESTAR EM CAUSA.



DE MANEIRA A MELHOR COMPREENDERMOS OS IMPACTOS E AS CONSEQUÊNCIAS DESTA CRISE NAS DESIGUALDADES SOCIAIS, DESAFIÁMOS VÁRIO/AS SOCIÓLOGO/AS A REFLETIR SOBRE ESTA REALIDADE A PARTIR DO OLHAR ESPECIALIZADO. OS SEUS CONTRIBUTOS, PRIMEIRO EM FORMA DE ENTREVISTA E AGORA EM REGISTO ESCRITO, AJUDAM-NOS A INTERPRETAR E A DAR SENTIDO A TODA ESTA INCERTEZA E INSTABILIDADE QUE PARTILHAMOS COLETIVAMENTE.

